

Ufes divulga índice de consumo

Em janeiro, o Índice de Preços ao Consumidor foi de 9,7%. A Ufes passará a divulgar o IPC mensalmente

Joaquim Nunes

AJ 04192

O reitor da Ufes, José Antônio Saadi Abi-Zaid, anunciou ontem o primeiro índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Grande Vitória. De primeiro a 31 de janeiro de 84, esse índice ficou em 9,77%, conforme concluiu a equipe coordenada pelo economista Roberto da Cunha Penedo.

Os Itens que mais pesaram nessa variação — que tomou por base igual período de dezembro de 1983 — foram o leite especial, o óleo de soja, a água, o chuchu, o feijão-preto, a laranja natal a costela de boi, o arroz, material escolar e serviços de pedreiro. A alimentação contribuiu em quase 68% para a elevação do IPC-GV.

Ainda ontem, o diretor-presidente do Bandes, Antônio Caldas Brito, e Abi-Zaid, assinaram um convênio através do qual foi doado uma impressora ao NEP — Núcleo de Estudos e Pesquisas e Departamento de Economia da Universidade — que agora passará a divulgar todo mês a variação média dos preços pagos pelo consumidor da Grande Vitória.

FOCOS INFLACIONÁRIOS

Além da alimentação (cujos preços subiram em média 11,82% em janeiro), os principais fatores de pressão sobre o IPC na região da Grande Vitória foram: educação, com uma alta de 14,48%; habitação, 8,91%; despesas pessoais, 7,23%; e vestuário, com uma elevação no período de 6,27%.

O grupo de produtos e itens com menor peso no cálculo do IPC é a educação, que responde por apenas 3,47% dos gastos médios dos domicílios da Grande Vitória com renda familiar de até cinco salários-mínimos regionais. A alimentação entra com um peso de 56,60%; habitação, 15,99%; despesas pessoais, 10,04%; transportes, 5,78%; saúde, 4,28%; vestuário, 3,84%.

O coordenador do projeto, Roberto Penedo, disse que ainda é muito cedo para fazer previsões sobre as oscilações do IPC daqui para a frente. Explicou, de todo modo, que se espera para fevereiro os reflexos da elevação de preços de série de produtos ou serviços, como os derivados de petróleo, a energia elétrica, o transporte coletivo e os cigarros.

Ponderou ainda: "É preciso compreender que o IPC-GV só vai retratar uma realidade mais factível quando tivermos uma série histórica. Esse é o primeiro. É cedo para pensarmos, por exemplo, em índices de correção de salários".

DIFERENÇAS

Penedo observou que "o custo de vida na Grande Vitória, no fundamental, não é diferente do custo de vida em outras regiões do País". Mas poderá,

evidentemente, haver diferenças entre o IPC e outros índices, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado mensalmente pelo IBGE com base na média ponderada das variações de preços ocorridas nas 10 principais regiões metropolitanas do País.

"Além disso" — afirmou — "até o período de coleta de preços varia. No caso do INPC, vai do dia 26 do mês anterior até o dia 25 do mês pesquisado. No nosso caso, do primeiro ao último dia de cada mês. Contam também muitas outras variáveis, como a diferença dos padrões de consumo, condições econômico-sociais diversas em cada região, sazonalidade, etc".

De 136 produtos e serviços pesquisados entre dezembro de 83 e janeiro de 84 pela equipe do NEP (em convênio com o IJSN, Complan e Bandes e através de financiamento do Geres), 121 subiram de preço. Cinco se mantiveram estáveis. E 10 caíram de preço (a queda mais significativa foi do item camisa, que caiu em 23,84%).

O chuchu foi o produto que mais encareceu de dezembro de 83 a janeiro de 84: teve um aumento de 81%. Apesar disso, o item que mais pesou no incremento do IPC de janeiro foi o leite especial que, aumentando 25,50%, provocou uma elevação no índice de 6,22%.

Ficaram também entre os 10 produtos e serviços que mais subiram, a laranja natal (em segundo lugar, com um aumento de quase 60%, foi o sexto item que mais pesou na elevação do IPC de janeiro); os serviços de pedreiro, o serviço de abastecimento de água; o óleo de soja; o feijão preto empacotado; material escolar e arroz empacotado.

Destaque-se, finalmente, que o grupo de transporte contribuiu com somente 0,83% na elevação do IPC. Isto porque o último aumento dos derivados de petróleo só se fez sentir ao final de janeiro, a partir do dia 26. Além do mais, esse aumento num primeiro momento só influenciou diretamente os preços pagos por fornecedores, intermediários e outros atacadistas (e só interessa ao IPC o que ocorre a nível do consumo). Outra explicação é que somente em fevereiro entraram em vigor diversos aumentos que costumam vir na esteira das elevações dos bens derivados de petróleo, com o dos transportes coletivos.

O reitor José Antônio Saad Abi-Zaid afirmou ontem, durante a solenidade de divulgação do primeiro IPC e da Pesquisa de Orçamentos Familiares da Grande Vitória, que será necessário assinar novos convênios, "bom duas ou três entidades", para que haja condições financeiras e operacionais para o índice continuar sendo divulgado mensalmente, como é intenção da Universidade.



O reitor (ao fundo, ao centro) divulgou os resultados

Renda mensal em Vitória é de Cr\$ 103 mil

Joaquim Nunes

A renda mensal por habitante na Grande Vitória gira hoje em torno de Cr\$ 103 mil - o que representa mais de US\$ 1.200/ano, ou cerca de 1,804 salários-mínimos regionais - segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares na região (POF), divulgada ontem juntamente com o primeiro Índice de Preços ao Consumidor calculado no Estado.

A média de moradores por domicílio, nos cinco municípios que compõem a Grande Vitória, é de 4,75 - sendo de 4,58 o número de membros por família e de 1,83 o número de pessoas que percebem renda por residência.

A POF gerou um milhão de informações, que, devidamente analisadas e classificadas, resultaram num documento com mais de 170 páginas - "dados" que o coordenador da pesquisa, o professor do Departamento de Economia da Ufes Roberto Penedo, espera que sejam "trabalhados pela comunidade acadêmica para que a situação econômico-social da Grande Vitória seja mais conhecida".

DA RENDA AO TOMATE

A POF teve como objetivos gerais possibilitar "um quadro analítico do padrão médio de vida dos habitantes da Grande Vitória e a conformação da distribuição de renda na região". Serviu também de base para a concretização do IPC-GV, que iniciou com diversas informações sobre os diferentes pesos de produtos e serviços, estudo de marcas e de locais de compra, etc.

Iniciada em janeiro de 83 e concluída em dezembro do mesmo ano, a pesquisa foi realizada através da celebração de um convênio entre o Geres, a Ufes e a Coplan, com a participação do Banes, do Instituto Jones dos Santos Neves e da Fundação Ceciliano Abel de Almeida.

O trabalho exigiu a visita no primeiro semestre de 83 a 1.200 domicílios, o estudo de 306 produtos e marcas, e a manipulação de uma infinidade de informações, operadas por meio de um microcomputador CP-500, montado no Núcleo de Estudos e Pesquisas do Departamento de Economia da Ufes.

Realizado sob a coordenação do professor Roberto da Cunha Penedo, o projeto teve a participação (como consultor) do professor José Tiacci Kirsten, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, além dos técnicos capixabas Maria Emília Aguirre, Luzia Cavalcanti, Mansueto Zucarato Neto e Antônio Celso Rodrigues, entre outros.

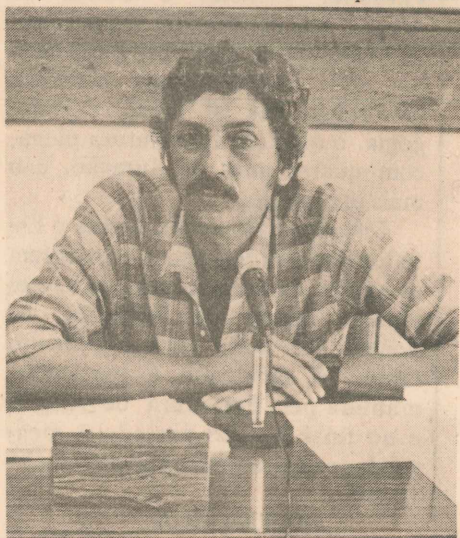
A POF permite conhecer desde a renda **per capita** da região até dados, digamos, de tomate ou de abacaxi em calda em nove faixas salariais criadas para efeito de análise da distribuição de renda. Para tanto, foram levados em conta dados de março e abril de 1983.

CURIOSIDADES

Quase 37% da população da Grande Vitória tinha, em março/abril de 83, uma renda familiar superior a sete salários-mínimos (ou seja, a valores de hoje, uma renda superior a Cr\$ 399.840,00). O total de famílias com renda de até cinco salários-mínimos chegava a 50,68%.

O trabalho informa, por exemplo, que o arroz empacotado responde sozinho por mais de 8% das despesas de uma família "de renda 1" (isto é, de 0 a dois SMR). O consumo de galinha também é extremamente elevado nessa faixa salarial: mais de 6%. Para a mesma faixa, é ainda significativo o consumo de açúcar (3,9%); café (3,8%); óleo de soja (3,3%).

Essa mesma faixa de renda não apresentou



Roberto Penedo coordena a pesquisa

nenhum consumo de nada menos do que 42 itens constantes da pauta de produtos e serviços pesquisados. Apareceram com um consumo de 0%, entre outros produtos, o palmito, a feijoada, camarão, sirí, a couve-flor, doces de confeitaria, a gordura vegetal e rabada - fora mercadorias mais sofisticadas, como lagosta ou filé mignon.

Na faixa melhor remunerada, "de renda 8" (isto é, cujos rendimentos familiares superaram Cr\$ 1 milhão 428 mil, quer dizer, mais de 25 SMR), o consumo de alcatra representa 4,8% de seus gastos. Na faixa de renda 1, nem 1%.

Na faixa 8, de 357 pessoas pesquisadas, 88 tinham curso superior completo. Na faixa 1, de 648 pessoas pesquisadas, apenas 2 tinham completado o 2º grau e ninguém havia conseguido chegar a alguma instituição de ensino superior.

Curioso, no entanto, é que 74,7% dos domicílios com renda inferior a dois mínimos eram próprios; 9,3% eram cedidos; e 16% eram alugados - sendo que 63,8% das pessoas com renda 1 eram assalariados - percentual que foi de 57,2% na faixa de renda familiar 8.

CONSUMO MÉDIO

A faixa "de renda 9" - obtida através do cálculo da média ponderada das demais faixas salariais - fornece algumas informações essenciais para se ter um quadro do nível médio de consumo da população da Grande Vitória.

A alimentação representa quase 65% das despesas gerais de uma família capixaba média - segundo dados colhidos no primeiro semestre de 83 através da POF. Os outros grupos de produtos e serviços representam aproximadamente: habitação, 14,4%; despesas pessoais, 8,4%; transportes, 3,7%; vestuário, 2,7%; saúde, 4%; educação, 1,8%.

Na mesma faixa, com renda 9, é interessante notar um consumo de carne correspondente a mais de 16% do orçamento, o que leva a crer que nem o alto custo de vida tem evitado a procura desse gênero alimentício.

O peso da alimentação não chega a 25% no caso das camadas populacionais de renda 8, para as quais o consumo relativo de carne também pesa bem menos (5,4%). Nessa faixa, 12,2% das despesas familiares são empregadas em transporte próprio e apenas 0,7% com transporte coletivo. Na primeira faixa, a de renda 1, a situação e os percentuais passam a ser 0,2% para transporte próprio e 3,4% com transporte coletivo.